

Tito Carlos Machado Oliveira

Geógrafo, Professor Titular aposentado da Universidade Federal Mato Grosso do Sul, atuando no Mestrado em Geografia e no Mestrado em Estudos Fronteiriços, Bolsista DCR-A (CNPq) tito.ufms@gmail.com

Fernanda Loureiro Ferreira

Bacharel em Letras, Mestre em Estudos Fronteiriços (MEF/UFMS) criativafemanda@gmail.com

A fronteira Brasil-Bolívia na rede de distribuição de roupas de segunda-mão¹

Resumo

O comércio de roupas de segunda-mão chegou à Bolívia com vigor em 1994. O comércio de usados envolve, na sua maioria, atividades da globalização popular, cujas práticas são frequentemente identificadas pelos organismos de Estado como ilegais, mas de natural aceitação popular. Situa-se dentro de um complexo sistema de redes, se aproveitando de malhas de distribuição e dos nós (de estoque e repasses) possibilitando a conformação de circuitos territoriais conectados. O objetivo dos autores neste artigo é verificar e analisar a comercialização de roupas usadas em três localidades distintas: Santa Cruz de la Sierra e Puerto Quijarro (Bolívia) e Corumbá (Brasil). A intenção é identificar o caminho percorrido pela rede de roupas de segunda-mão a partir de Santa Cruz de la Sierra até as feiras livres de Corumbá, na fronteira Bolívia-Brasil.

Palavras-chave: Fronteira, Comércio Informal, Roupas Usadas.

Abstract

THE BRAZIL-BOLIVIA BORDER AND THE SECOND-HAND CLOTHING DISTRIBUTION NETWORK

The second-hand clothing trade started widely in Bolivia in 1994. This kind of trade usually involves popular globalization activities, whose practices are often identified by State agencies as illegal, although with natural popular acceptance. It is established within a complex system of networks, and takes advantage of distribution (stock and transfer) meshes and knots, with the consequent conformation of connected territorial circuits. This paper aims at analyzing the second-hand clothing trade in three locations: Santa Cruz de la Sierra and Puerto Quijarro (Bolivia), and

Corumbá (Brazil). The purpose is to identify the route and the nuances regarding the second-hand clothing distribution network from Santa Cruz de la Sierra to Corumbá, on the Bolivia-Brazil border.

Key-words: Border, Informal Trade, Second-Hand Clothes.

1. Introdução

O comércio global de roupas de segunda-mão tem longa história. Desde o período colonial faz-se presente, entretanto, somente no período de grande expansão do capitalismo, na passagem do séc. XIX para o séc. XX, tomando dimensões abrangentes; mas, é no último quartel do séc. XX que se torna planetário. Assim como qualquer outro mercado, esse tipo de comércio também está sujeito às variações cíclicas da conjuntura internacional, pelos efeitos das condições estruturais e da economia interna de cada país e pela seletividade impositiva. Ou seja, há distribuição seletiva. “As roupas de menor qualidade” – esclarece Hansen (2004a, p. 3) – “vão para a África, e de qualidade média para a América Latina, enquanto o Japão recebe uma grande proporção de itens de alta qualidade”².

O comércio de roupas de segunda mão em países mais ricos acontece de forma legalizada em lojas especializadas do tipo *op shop* na Austrália e Nova Zelândia, *charity shop* na Inglaterra, *thrift shop* e *thrift store* nos Estados Unidos e Canadá. A *thrift shop* é avaliada enquanto “.. loja de roupas e objetos usados, cuja venda reverte-se em caridade” (OXFORD, 2007, p. 698). Muitas dessas lojas estão distribuídas em redes, nas quais grupos ou organizações sem fins lucrativos (ONGs), respondem pela administração dos produtos.

Na Bolívia, o jornal televisivo ATB Noticias (2014) informou que este tipo de comércio chegou ao país, com vigor, em 1994; desde então, seu crescimento tem sido marcante e substantivo. No princípio, as peças (roupas, bolsas, acessórios, sapatos e brinquedos) chegavam dos Estados Unidos³; contudo, as roupas eram de tamanhos desproporcionais aos de uso comum pelos bolivianos, dificultando seu comércio. Mais recentemente, tem se observado a adequação desses produtos ao peso e à altura da população, tendo havido uma variação na sua origem, que proveem agora também

do Pacífico (Malásia, Coreia etc.) e da Europa, entre outros. Motivada por opiniões contraditórias, essa comercialização chegou a ser reprimida na Bolívia, porém, hoje, ainda que proibida (mas com baixa repressão), é um comércio de difícil mensuração.

Os dados desta investigação nos permitem afirmar que o comércio global de roupas de segunda-mão (ao estilo *thrift shop*) encadeia-se a partir de organizações não governamentais (ONGs); dentre elas se destaca a Goodwill. Essas ONGs atuam diretamente nesse comércio, sendo elas as responsáveis pela coleta e higienização, assim como pela comercialização e redistribuição das vestimentas.

Os usados partem dos países do norte do globo, dos EUA em especial, como destinação humanitária às nações mais pobres. Conhecidas como “lojas de boa vontade” ou “lojas de caridade”, estas organizações revertem os valores arrecadados com finalidade social do tipo inserção de jovens no mercado de trabalho, ajudando a crianças de baixa renda e a reabilitação profissional de pessoas com necessidades especiais⁴. Este estudo não possui a finalidade nem interesse em contradizer estas informações.

Todavia, não se pode deixar de ressaltar a importância do papel desempenhado por estas ONGs no comércio de usados nos países mais pobres. Os estudos feitos por Hansen confirmam que a sobrevivência financeira dessas organizações de caridade – Goodwill Industries, Salvation Army (Exército da Salvação), Amvets e St. Vincent de Paul, nos Estados Unidos; Oxfam, Terre, Humana e Abbey Pierre, na Europa (HANSEN, 2004b) – é proveniente da arrecadação das vendas da “maior parte do seu estoque” de produtos arrecadados para doação humanitária. Na Bolívia, por exemplo, os produtos chegam como mercadoria de importação (ou contrabando) para venda e não como donativos. Este comércio se acomoda assim dicotomicamente entre o lícito e o ilícito.

O comércio de usados envolve atividades da globalização popular, cujas práticas são frequentemente identificadas pelos organismos de Estado como ilegais. Para Ribeiro (2010, p.19), na globalização popular⁵, “há envolvimento maciço de pessoas pobres nos segmentos mais baixos dessa estrutura piramidal. Para esses agentes sociais, o sistema mundial não-hegemônico é um modo de conseguir mobilidade social ascendente”, ou de sobrevivência em sentido ampliado.

De modo consistente, o mercado de *prenderías*⁶ está situado dentro de um complexo sistema de redes (de comércio internacional específico), se aproveitando de malhas (de transporte e distribuição combinadas internamente) e nós (de estoque e repasses) estruturalmente estabelecidos. Estabelece, por estes meios, suas cognições e características na funcionalização do território.

O objetivo central deste texto é discorrer sobre a temática, a partir do levantamento e da análise da comercialização de roupas usadas em três localidades distintas – Santa Cruz de la Sierra e Puerto Quijarro, na Bolívia, e Corumbá, no Brasil – com a intenção de identificar o caminho percorrido por estas mercadorias nesse circuito espacial de circulação a partir de Santa Cruz de la Sierra até as feiras livres de Corumbá, na fronteira Bolívia-Brasil.

A base metodológica de execução foi esculpida por um conjunto sistemático e sequencial de entrevistas com comerciantes de Santa Cruz de La Sierra, Puerto Quijaro e Corumbá; conversas informais aleatórias utilizando-se técnicas amostrais não probabilísticas com alguns atores diretos ou indiretos do processo; e uma experiência de acompanhamento (ainda que não autorizado documentalmente, foi tolerado) de alguns comerciantes de Puerto Quijarro, Santa Cruz e Corumbá.

Este artigo é fruto de um trabalho interdisciplinar, baseado em um patoá etnográfico, mas é importante registrar que, do ponto de vista da interpretação, tem sua base de sustentação na ciência geográfica e na categoria território, “... formado de lugares contínuos e de lugares em rede (...) contendo simultaneamente funcionalizações diferentes” (SANTOS, 1994, p. 16), cujo semblante expressa a presença de “redes, nós e malhas”, conforme alude Raffestin (1983). Ainda que nem sempre com alusão explícita ao discurso geográfico trata-se de um estudo de Geografia.

2. “Prenderías usadas” em Santa Cruz de la Sierra (BO) – um nó de intermediação

Santa Cruz de la Sierra é a capital do Departamento de Santa Cruz. É a maior cidade da Bolívia, com 1.453.549 habitantes; contando-se com os outros municípios pertencentes à região metropolitana⁷, chega aos 2.102.998

habitantes, segundo dados do censo de 2012. Seu crescimento populacional é um dos mais acentuados da América do Sul. A cidade também se destaca por ser considerada o principal centro financeiro e industrial do país. Ao longo de sua história, tem passado por sucessivos processos de explosão demográfica, mas é a partir do final dos anos setenta, do século passado, quando a soja e a pecuária de exportação se consolidam, que a explosão demográfica toma grandes proporções; a cidade cresce, desde então, a uma média de 6,6% aa. enquanto a média da Bolívia é de 2,2% aa.

A Bolívia é um país muito pouco industrializado. Se sua economia vem crescendo desde 2006 em um ritmo médio de 5% ao ano, este crescimento ainda não tem se traduzido em expansão de atividades industriais, mais de 70% das compras externas foram realizadas com bens de consumo e outras matérias primas – Cf. Fundación Mileniun (2014, <http://www.fundacion-milenio.org>).

Um fato preocupante na Bolívia é o lado informal de sua economia. Ainda que tenha diminuído a taxa de desemprego o processo de informalização da economia continua em plena expansão, especialmente no setor comercial. Como ressalta a Fundación Mileniun (2014, s/p):

A atividade econômica que concentra maior número de pessoas ocupadas é o comércio, que se expande cada vez mais nas zonas urbanas das cidades. O pequeno comércio, que em grande medida se abastece de produtos contrabandeados (sobretudo roupas, mas também automóveis e eletrodomésticos), afeta as instituições públicas que têm que oferecer serviços básicos (saúde, educação e segurança cidadã) a toda população enquanto somente uma parte dela contribui com pagamento de impostos (tradução nossa)⁸.

Mesmo Santa Cruz de La Sierra sendo a cidade mais industrializada, a base de sua economia é o comércio, e, assim como toda Bolívia, Santa Cruz possui um grau muito elevado de informalidade. Segundo os dados de 2010, cerca de 60% da PEA da cidade está na informalidade; destes, 35% estão atuando no setor comercial⁹. O periódico *El Deber*, no dia 25 de outubro de 2013, destacou que, ao todo, são 250 mil pessoas trabalhando, basicamente, com o comércio de roupas de segunda-mão na Bolívia. Está disposta, neste contexto, a grande malha de mão de obra disponível ao trabalho de baixo custo.

Desde o desembarque em Arica ou Iquique (ambas no Chile) estas roupas são transportadas, selecionadas e comercializadas por empresas sem finalidade filantrópica ou beneficente, consolidando um caráter

meramente mercantil ao processo dentro da Bolívia¹⁰. Mais ainda, “mais de 90% das mercadorias classificadas como roupas usadas, ingressam pela via do contrabando e outro alto percentual corresponde a roupas usadas provenientes de beneficência ou doações que, ao serem comercializadas em nosso território, se convertem em atividade ilegal” (tradução nossa)¹¹ (BOLÍVIA, 2006, p 1-2). A comercialização informal destas roupas se desenvolve em praticamente todas as cidades bolivianas. Mas, são referências no país as feiras de Cumavi e Villa Olímpica, em Santa Cruz de la Sierra; o mercado 16 de Julio, em El Alto; o mercado Estaban Arce, em Cochabamba; e Figueroa, em La Paz. Contudo, o coração do negócio no país é o Mercado Kantuta, em Oruro¹², que estabeleceu naquela cidade andina o primeiro nó da rede interna do processo.

Santa Cruz de la Sierra apresenta um amplo setor comercial de produtos de legalidade fluida. Um conjunto disperso de feiras se espalha pela cidade em diferentes formatos, com mercadorias de legalidade duvidosa. Interessa, para esta pesquisa, as duas feiras em particular, a Cumavi e a Santos Dumont, nas quais as roupas de segunda-mão têm muito significado.

A Feira Santos Dumont acontece todos os domingos, de sol a sol, nas margens da Avenida do mesmo nome, entre o *Cuarto* e o *Quinto Anillo*. Diferentemente de outras feiras da cidade, ali o espaço ocupado pelas barracas é sem pavimentação e se dispõe espremido entre a avenida e o lugar destinado ao movimento de transeuntes, de aspecto pouco convidativo e de intrincada circulação, sobretudo quando chove. Esta feira dedica-se exclusivamente ao comércio de *prenderías usadas*. São encontrados desde roupas íntimas (em sua maioria feminina) a vestimentas e acessórios militares, passando por sapatos (masculinos e femininos), brinquedos plásticos e de pelúcia, bolsas e carteiras. Há um equilíbrio de preços entre produtos de uma mesma categoria, que se assemelham aos encontrados na Feira Cumavi.

A Feira Santos Dumont dedica-se prioritariamente aos consumidores mais pobres, tendo em vista a qualidade dos produtos e o descuido geral com o ambiente. O fato de não se constatar diferenças significativas em relação aos preços praticados em outras feiras explica em parte porque não atrai compradores de outros lugares; nem estimula o deslocamento de seus fregueses para comprar em outras feiras. A Feira atrai, sobretudo, os consumidores das vizinhanças.

Seus comerciantes, de maneira geral, argumentam que adquirem suas mercadorias prioritariamente nos arredores da Feira Cumavi, e, mais raramente, em Oruro ou Cochabamba.

Durante as pesquisas realizadas *in loco* sobre as razões para frequentar a Feira Santos Dumont depara-se com certa uniformidade nas respostas. As pessoas frequentam o ambiente pelo preço, pela qualidade e pela possibilidade de encontrar peças únicas que não se encontram em outro lugar, apenas ali; todavia, ao se aprofundar o questionamento, verifica-se que, de modo geral, a motivação está muito mais direcionada à condição de moradia nas proximidades do que efetivamente aos produtos ali vendidos.

Localizada no *Cuarto Anillo*, a Feira de Cumavi ocorre todas as quintas-feiras e se estende ao longo de todo o dia. Nesta Feira – que não difere de muitas outras espalhadas pelo mundo – encontra-se um emaranhado de mercadorias, sejam usadas, como sapatos, roupas (incluindo peças íntimas), bolsas, mochilas, brinquedos e acessórios masculinos e femininos (cintos, gravatas, bonés e chapéus); ou novas, como bijuterias, prendedores de cabelos, vários tipos de utensílios domésticos e até de higiene e limpeza. Ademais, não fugindo à regra, ao longo da Feira Cumavi se comercializam gêneros alimentícios da culinária boliviana.

Cabe acentuar o grande fluxo de pessoas na Feira de Cumavi. Comerciantes e consumidores se espremem em um frenesi que estonteia qualquer observador. Aqui, também com base na aparência (dos produtos e o cuidado com o ambiente), se observa uma mescla de pessoas com visível condição diferenciada de renda, etnia e estilo.

Vale observar que parte significativa dos comerciantes é residente nas proximidades, tendo a Avenida E como referência. As casas ao redor da Feira servem de residência e de comércio varejista e atacadista de roupas de segunda-mão todos os dias, exceto às quintas feiras, dia em que a feira acontece. É, pois, nestas casas, que a maioria dos comerciantes da fronteira de Puerto Quijarro-Corumbá realiza suas compras para revenda, como será detalhado mais à frente. Aqui se estabelecem as principais articulações do comércio de roupas usadas para a fronteira, envolvendo comerciantes da Bolívia.

As vendas a varejo, como dito, menos significativas nestas residências, são conformadas em pequenas grades (espécies de painéis vazados) e algumas até são dispostas (penduradas) próximas aos telhados. Os preços,

no varejo, não apresentam diferenças consideráveis em relação aos praticados no dia de feira. No atacado, a situação se inverte: a partir das negociações entre comprador e vendedor uma nova narrativa se estabelece; preços, condições, estrutura e atendimento são redimensionados – seguindo, portanto, um trâmite natural e secular de comercialização.

Na condição de atacado, os produtos (roupas de segunda-mão) apenas podem ser adquiridos por fardos (roupas comprimidas em volume de 45 quilos). As mercadorias são, no geral, classificadas por um nível muito aleatório de qualidade de difícil mensuração. Na realidade, tal classificação serve basicamente para consolidar o preço, visto que, por serem fardos fechados, a identificação real torna-se inviável¹³.

A separação e a classificação dos usados se dão em outras praças internacionais; a Bolívia se comporta meramente como um país receptor. Não cabe e não foi possível abordar em definitivo, nesta pesquisa, em que estágio do percurso dá-se a categorização dos itens; a hipótese mais aventada é de que uma parte pequena é enfardada em Oruro, ou seja, os fardos já chegam montados desde os *containers*.

A partir do trabalho de campo foi possível estimar um preço de venda do fardo de 45 kg (tabela 1) conforme a qualidade, cotado em dólares americanos e em bolivianos. É importante registrar que a média dos preços é fiel ao informado pelos comerciantes, sem a conversão entre as moedas. Essa opção deve-se ao fato de que a conversão é sempre negociada, ou, melhor dizendo, é um ponto de intermediação, considerando que, embora exista um padrão monetário conhecido na Bolívia, sua utilização é aleatória, variando de vendedor para vendedor, conforme a quantidade a ser adquirida.

Estes dados permitem uma abordagem geral dos produtos considerados de primeira qualidade. Considerando que uma blusa pesa, em média, cinquenta gramas, o preço de cada uma está em torno de U\$ 0,30; a calça jeans, com peso médio de 300g, possibilita aferir um preço de U\$ 3,27 por peça. Observou-se que em Corumbá os preços (médios aleatórios em 2014) das blusas estavam em R\$ 10,00 e, da calça jeans, em torno de R\$ 30,00, aparentemente confirmando-se, desse modo, uma razoável lucratividade para os produtos chamados de primeira qualidade e uma lucratividade muito maior para a chamada qualidade inferior. Porém, outros parâmetros desconstroem esta afirmação, como se verá mais adiante.

Tabela 1

VALOR DO FARDO (45 KG) DE ROUPAS DE SEGUNDA-MÃO (PREÇOS 09/2014)

| Produto | Vendas em U\$ Americanos | | Vendas em Bolivianos | |
|------------------------|--------------------------|--------------------|----------------------|--------------------|
| | Primeira qualidade | Qualidade inferior | Primeira qualidade | Qualidade inferior |
| Blusas | 250 | 170 | 1.200 | 500 |
| Calças jeans | 320 | 150 | 1.400 | 700 |
| Roupas infantis | 320 | 170 | 1.200 | 500 |
| Vestidos | - | - | 1.050 | 500 |
| MÉDIA | 296,60 | 163,33 | 1.212,50 | 550 |
| MÉDIA GERAL | 229,96 | | 821,25 | |

3. Puerto Quijarro – outro nó de intermediação

Como já explicitado anteriormente, as roupas de segunda-mão, objeto deste estudo, saem de vários países – Estados Unidos à frente – e adentram a América do Sul pelos portos chilenos de Arica e Iquique:

Aqui é necessário advertir que volumes importantes de roupa usada têm como destino transitório a Zona Franca de Iquique (...). Existem, assim, dois caminhos seguidos pelo fluxo de comercio de roupas usadas: o primeiro, através do porto de Arica, com destino final nas aduanas interiores da Bolívia, onde se procede a sua nacionalização; e o segundo corresponde às reexpedições da Zona Franca de Iquique para a Bolívia, com faturas expedidas por essa mesma Zona, mas que não são aceitas pelas autoridades aduaneiras bolivianas...¹⁴ (Instituto Boliviano de Comercio Exterior, 2005, p. 23).

As roupas usadas são transportadas até Oruro, o principal nó interno de distribuição da rede global de comercialização, onde, em princípio, há seleção, separação e redistribuição. De Oruro, com diferentes intensidades, a rede se estabelece com a distribuição para outras cidades andinas: La Paz, maior cidade e capital administrativa da Bolívia, e de lá para um conjunto de pequenas cidades menores; também para Cochabamba; para Sucre; para Potosí; e, em maior volume, para Santa Cruz de la Sierra.

De Santa Cruz de la Sierra elas se dissipam, através da malha rodoviária e aérea, em revenda para compradores das cidades do entorno (zona

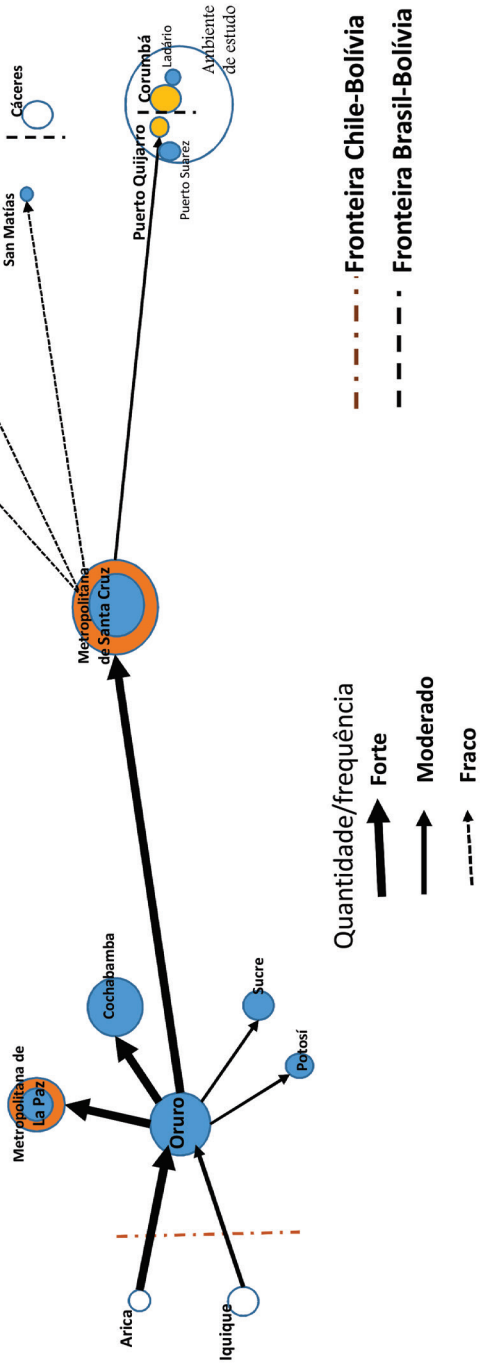
metropolitana e sub-metropolitana), evidenciando esta cidade como o nó mais efetivo para a revenda das roupas na fronteira com o Brasil. Em volume consideravelmente maior¹⁵ para Puerto Quijarro (fronteira com Corumbá-MS), e, em volumes menores, para San Mathias (fronteira com Cáceres-MT), Guayaramirin (fronteira com Guajará-mirim-RO) e Cobija (fronteira com Brasiléia-AC), como retrata a figura 1.

Puerto Quijarro é uma cidade *na* fronteira, porém, mais que isto, é uma cidade *de* fronteira. Às margens do Canal do Tamengo, pertencente à Província de German Bush, do Departamento de Santa Cruz, conta, hoje, com uma população aproximadamente de 20 mil habitantes. Entretanto, há pouco mais de vinte anos era uma pequena vila que construía seu movimento cotidiano no entorno da estação da *ferrocarril* que liga aquela fronteira à cidade de Santa Cruz de la Sierra. Localizada há pouco mais de 500 km (*Carretera* RN 4, pavimentada) de Santa Cruz de La Sierra, está a oito quilômetros de Puerto Suarez (capital da Província German Bush, com 25 mil habitantes), e, partindo de Arroyo Concepción (seu distrito), posiciona-se a menos de cinco quilômetros de Corumbá e sete de Ladário, no lado brasileiro da fronteira.

Este conjunto de cidades caminhava “a passos lentos” até os anos oitenta do século passado. Essa lentidão, porém, cede lugar a uma mobilidade de fluxos de toda ordem, jamais constatada, impondo novas formas de comunicação entre elas. Tanto por parte da Bolívia quanto do Brasil há uma redescoberta daquela fronteira, na passagem da primeira para a segunda metade dos anos 1980. A soma de fatores, como flutuação cambial, expansão do mercado mundial, o *boom* econômico de Santa Cruz de La Sierra, a pavimentação da BR 262 até Corumbá (que completa a malha para o lado brasileiro), entre outros motivos, impulsionou um redesenho regional em todos os seus aspectos, imprimindo uma nova lógica aos vetores regionais (OLIVEIRA, 2008, p. 246). No final dos anos 1990, o advento do gasoduto Brasil-Bolívia e o crescimento sequencial da economia boliviana reforçaram e consolidaram, nos dias atuais, o Corredor São Paulo-Santa Cruz, com movimentação de U\$ 6 milhões/dia (OLIVEIRA, 2010; OLIVEIRA; ODDONE, 2012). Com o trânsito de pessoas, bens, serviços e mercadorias, Puerto Quijarro se transformou, inegavelmente, em um centro de intermediação territorial, forçando uma refuncionalização do território para além das escalas estabelecidas.

Figura 1
REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ROUPAS DE SEGUNDA-MÃO NA BOLÍVIA

**Rede de distribuição de
roupas de segunda-mão
na Bolívia**



Fonte: entrevistas. Elaboração dos autores.

Os tradicionais vetores de controle (de estoques, fluxos migratórios, hierarquias etc.), ditados pela tradicional burocracia, foram redimensionados. Um novo desenho urbano, com ruas pavimentadas, infraestrutura hoteleira, mercado atacadista-varejista, portos de exportação e zonas de livre comércio com lojas especializadas em reexportação tomou corpo. Até a insalubre feirinha¹⁶ consubstanciou ao seu redor um conjunto de *tiendas* que dista muito das condições encontradas até pouco tempo atrás.

De todo modo e em todos os sentidos, mesmo que se constate um ambiente com muitas debilidades estruturais, Puerto Quijarro se distancia bastante daquela cidade de duas décadas pretéritas. Trata-se de um ponto seguro de intermediação entre Santa Cruz de La Sierra e a aglomeração de São Paulo, com linhas regulares de transporte de passageiros e mais de dezoito partidas diárias para aquelas metrópoles. É neste contexto que está assentado um nó das amarrações de estoque e repasse de roupas de segunda-mão.

Os bolivianos daquela fronteira são engenhosos e sensatos na administração destes recursos que são proibidos tanto pelo governo boliviano¹⁷ como pelo governo brasileiro. Desarmados de legalidade se prestam a criativas insubordinações para driblar a complexa mistura de repressão (das instituições públicas) e insensatez (de seus pares).

Os órgãos de repressão na Bolívia não cobram com a mesma veemência a ilegalidade da comercialização destes produtos: em Santa Cruz de la Sierra, como observado, há trânsito livre de varejistas e *mayoristas* em suas feiras, enquanto em Puerto Quijarro há uma vigilância discreta para que os *minoristas*¹⁸ não se estabeleçam dentro dos padrões formais do comércio *puertoquijarrino*, inviabilizando o estabelecimento destes comerciantes com estrutura fixa, colocando-os na informalidade.

Como seus negócios são ilícitos, o resultado é que os vendedores destes produtos são levados a se estabelecer nos próprios domicílios, construindo subsistemas de relacionamentos informais. As residências se tornaram verdadeiros depósitos; e, a venda a varejo, quando ocorre, incide sobre uma parcela muito restrita da vizinhança. Seus principais fregueses nos domicílios são prioritariamente os brasileiros.

Os compradores brasileiros chegam até as residências, onde se praticam as vendas, movidos, em princípio, pela exclusividade, ante a possibilidade de adquirir uma peça com características únicas, que pode, até mesmo, ser revendida¹⁹; pela qualidade, por se tratar de peças de segunda-mão, algumas

são “excelentes”, como apontam algumas compradoras entrevistadas; e pela variedade, seguindo a mesma lógica. No geral, são compradoras corriqueiras das feiras em Corumbá que não encontram determinados tipos de produtos e, perguntando onde poderiam encontrá-los, o vendedor lhes oferece a possibilidade de uma visita em sua casa em Puerto Quijarro.

Outro fator importante é o tipo de relação entre vendedores. Grupos familiares e de vizinhança são o mote desta relação. Comumente encontra-se um vendedor que possui o pai como proprietário da barraca ao lado, o irmão, ou irmã, ou cunhado, outro parente ou vizinha em barracas mais à frente. Mesmo com este emaranhado de relações de parentesco e “compadrio” não foi possível identificar um processo hierárquico definido entre eles, seja econômico ou estamental. Há comunhão de informações, mas é frágil a socialização nas ações de compra, transporte e armazenagem etc. Ainda que se constate uma periodicidade (de três em três meses) de deslocamento para compras em Santa Cruz de la Sierra e o estabelecimento de uma média de tamanho na compra (de três fardos por deslocamento), não se observa indícios de hierarquia. Todos eles fazem compras em períodos diferentes, com quantidades díspares e qualidade dessemelhante, transportando seus produtos desde Santa Cruz cada qual seguindo suas possibilidades, necessidades e variando o meio de transporte utilizado entre o trem, o ônibus, o veículo próprio ou mesmo por encomenda. E, em princípio, sem uma hierarquia, não se constata impedimento à entrada de novos vendedores.

É obvio que não pode ser descartado o fato de que as relações de trabalho individual descritas anteriormente possam estimular práticas coletivas e modos socializantes na reprodução do trabalho. Ou o contrário também é verdadeiro, já que não se deve rejeitar a possibilidade daquelas relações de trabalho se afunilarem em direção a uma forma qualquer de hierarquização ao longo da malha, consolidando estruturas monolíticas para compras e vendas sincronizadas.

Esta pura horizontalidade baseada no fetichismo da independência, sem imposições hierárquicas tanto para cima (fornecedores de Santa Cruz de La Sierra), como para o meio (relações de parentesco), quanto para baixo (compradores de Corumbá), ainda que existam limites – que bloqueiam um processo mais intensivo de exploração e acumulação – aponta para a direção de uma estabilidade aparentemente segura.

Quanto ao transporte diário da mercadoria para o lado brasileiro as entrevistas revelam, em primeiro lugar, que a barreira de fiscalização só se impõe do lado brasileiro. Em segundo lugar, a vigilância exercida tanto pela Receita Federal, quanto pela Polícia Federal, traduz certa sazonalidade em perfeita conformidade com o movimento conjuntural, ou seja, é motivada por fatos e efeitos externos²⁰. Muito raramente o endurecimento da fiscalização é motivado por ingerência regional dada por descontentamentos dos comerciantes locais.

Isto, grosso modo, estabelece certa “consonância” na passagem de mercadorias da Bolívia para o Brasil no Posto Esdra. Não descartando as diversas possibilidades de existência de corrupção, fatores como horários de revista mais intensa, quantidade de agentes atuando e modo da abordagem executada (com ausência ou presença de rispidez) ditam um determinado padrão dentro de parâmetros triviais, facilmente observáveis e com ampla possibilidade de divulgação rápida entre os vendedores (e consumidores). É mister dizer ainda que, mesmo existindo, alguns entrevistados afirmaram que dificilmente utilizam malhas alternativas (“*otros caminos*”) para passar mercadorias quando a vigilância está muito aguda.

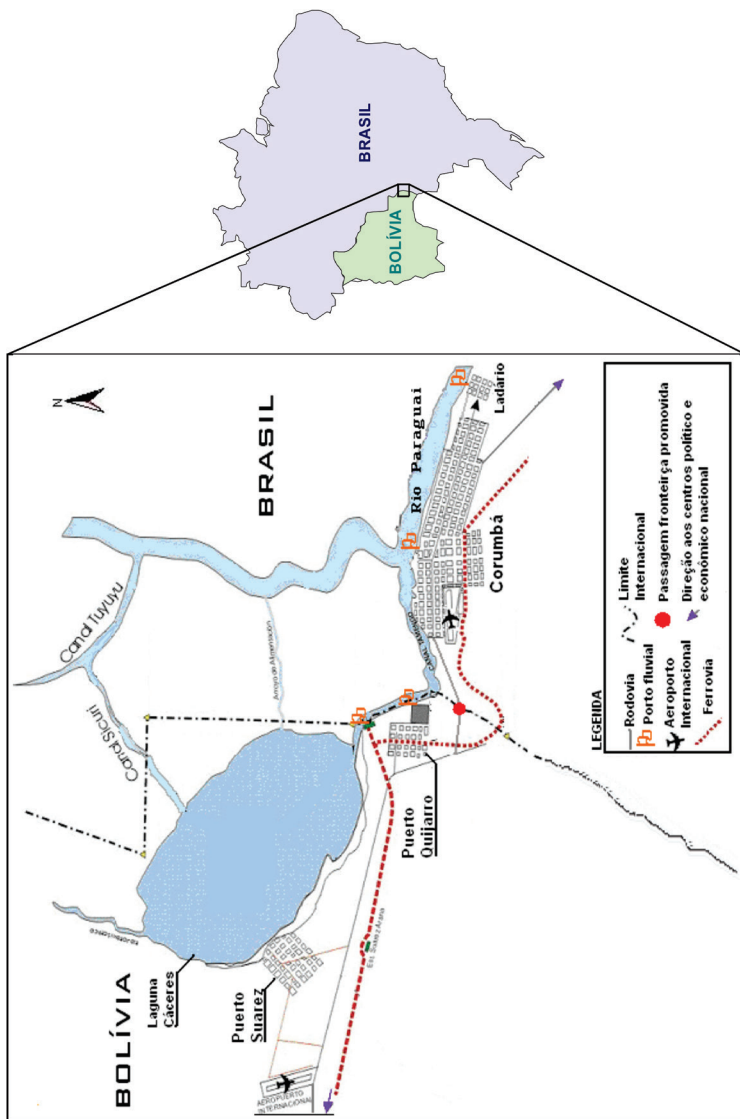
Em resumo, com o nó fixado em Puerto Quijarro, para consecução das vendas de roupas de segunda-mão em Corumbá, os vendedores procuram estabelecer circuitos territoriais curtos e tipicamente urbanos, o que lhes permite externalidades a baixo custo, orientando suas atividades muito mais em termos de funcionalidade do que em termos morfológicos.

4. “Roupas americanas” em Corumbá (BR)

– o último ponto da rede

Corumbá, às margens do Rio Paraguai, é uma bela cidade com mais de dois séculos de existência cravada no meio do Pantanal do Mato Grosso do Sul. Possui um sítio urbano planejado há mais de cento e cinquenta anos, com ruas largas, onde se misturam arquitetura moderna e prédios que remontam à passagem do século dezenove para o vinte. Quase que como um prolongamento de suas ruas, se une à vizinha Ladário, de um lado, e a Puerto Quijarro, de outro; pouco mais à frente se aproxima de Puerto Suarez. Neste conjunto de cidades habitam mais de 160 mil habitantes.

Figura 2
LOCALIZAÇÃO DA AGLOMERAÇÃO INTERNACIONAL (CORUMBÁ-LADÁRIO-PUERTO QUIJARRO-PUERTO SOARES)



Fonte: MAX, 2007.

As coisas, os fatos e os atos que ali se estabeleceram, a partir do último quartel do século passado, se consubstanciam nas múltiplas configurações decorrentes de sua condição geográfica de “fronteira” (OLIVEIRA, 2010). Este território (figura 2) sedia um extravagante movimento de transeuntes e um fluxo de mercadorias que causa frenesi em qualquer visitante. Para Quinhoes (2005, p. 76), “...devemos assinalar que a apropriação coletiva do território antecede, historicamente, a apropriação individual, em consequência a fronteira apresenta uma extrema flexibilidade já que a propriedade se firma pelo uso comunal e este está sempre em movimento”²¹, o que significa, noutros termos, que o implemento das formas de trabalho ali estabelecidas se materializam na condição urbana assim consolidada.

A proximidade entre os centros urbanos daquela fronteira estabelece uma malha de interações que desmonta qualquer tentativa de solidificar trincheiras de contenção à agitação estabelecida, tanto pela acumulação, quanto pelas relações socioculturais e de trabalho. O argumento-base para o aprofundamento desta conexão são as inquestionáveis assimetrias em termos de ecologia urbana, mercados e gestão do território (ALEGRIA, 2008).

Em um sentido mais amplo, aquele ambiente fronteiriço pode ser identificado, em conformidade com que alude Dilla Afonso (2015, p. 25), como um “complexo urbano transfronteiriço”, porque compartilha o mesmo meio ambiente, promove articulações espaciais com capacidade de unir o real e o simbólico com certa independência econômica e com percepção de mútuas necessidades. Ou como uma “fronteira vibrante”, tipificada por Oliveira (2009) como lugar de ampla integração formal e ampla integração funcional.

O comércio de roupas de segunda-mão no ano de 2002 chega às feiras livres de Corumbá logo após a consolidação da malha do gasoduto e explode com o início do asfaltamento da Rodovia Santa Cruz de la Sierra a Puerto Suarez²², na segunda metade da primeira década deste século, solidificando a malha de ligação antes somente constituída pelos caminhos de ferro.

Mais que isto: há naquela fronteira uma malha de pobres²³ pelo fato do comércio de roupas de segunda-mão ser praticado em Corumbá unicamente na malha de feiras livres²⁴. Nestas feiras, distribuídas na cidade conforme o quadro 1, se comercializa de tudo, de hortaliças e frutas até moveis de madeira extraída na Bolívia. Essa malha também não difere na rotina. Os bolivianos, por exemplo, chegam com suas mercadorias muito

cedo para montar suas barracas, geralmente entre cinco e seis horas da manhã, e saem entre quatro e cinco horas da manhã de Puerto Quijarro; negociam os espaços (físicos) nos quais se estabelecem para vender seus produtos, cada um com sua própria barraca; negociam os preços a serem pagos aos seguranças da feira; e retornam no final do dia.

Quadro 1
DISTRIBUIÇÃO DAS FEIRAS LIVRES ITINERANTES EM CORUMBÁ

| DIAS DA SEMANA | BAIRRO | PERÍODO |
|-----------------------|-----------------|----------------|
| Segunda-feira | Cristo Redentor | Matutino |
| Terça-feira | Popular Nova | Matutino |
| Quarta-feira | Dom Bosco | Matutino |
| Quinta-feira | Universitário | Matutino |
| Sexta-feira | Popular Velha | Matutino |
| Sábado | Centro América | Matutino |
| | Maria Leite | Noturno |
| | Nova Corumbá | Matutino |
| Domingo | Centro | Matutino |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ainda deve ser contabilizado o estresse da passagem na fronteira, fato não vivenciado, obviamente, pelos brasileiros. Outro aspecto importante entre os bolivianos é a sua condição de proprietário ou não da mercadoria, fato relevante, como constata Andrade (2007), para uma parte muito significativa dos feirantes (os vendedores de verduras são os mais expressivos), já que se vinculam a uma teia hierárquica de fornecedores que os coloca na condição de simples empregados travestidos de autônomos.

Observa-se que a feira livre, em Corumbá, é um espaço de interação social e, ao mesmo tempo, se torna um recurso econômico e social a mais para a população que vive na região de fronteira, sejam brasileiros ou bolivianos (OLIVEIRA; DA COSTA, 2012). Em todos os bairros as feiras representam um espaço de distração, encontro e descontração, constituindo-se como um ambiente muito peculiar, um modo de resistência à uniformização dos espaços de consumo.

Em termos estruturais, todas as feiras corumbaenses possuem a mesma dinâmica e o mesmo aspecto, desconsiderando-se, obviamente, as condições das ruas. Mas, há diferenças significativas com relação ao preço e à disposição das mercadorias. Nos bairros mais populares, como Cristo Redentor, Popular Velha, Popular Nova e Centro América, as roupas americanas variam na qualidade e na variedade, muito mais reduzida, mas não diferem tanto em relação aos preços praticados, comparando-os àqueles na feira do centro da cidade. O próprio pregão adquire ares mais descontraídos nestes bairros mais populares. Guardando as devidas proporções, as feiras nestes bairros sustentam certas similaridades com o ambiente encontrado na feira Santos Dumont em Santa Cruz de la Sierra: são feiras para os mais pobres.

Esta disposição muda sensivelmente nos bairros que circundam o centro da cidade, como o Maria Leite, Universitário e Dom Bosco; nestes bairros, muitas das roupas aparecem emcabidadas e/ou dispostas com mais esmero, ou seja, não amontoadas, ganhando maior visibilidade; nestas feiras, os preços já variam em conformidade com o freguês²⁵. Assim como na Bolívia, a feira também espelha a condição social dos moradores do entorno.

As feiras livres de certo modo conseguem atender o conjunto de bairros existentes na cidade de Corumbá, entretanto, nenhuma se compara à tradicional feira de domingo na Rua Ladário, com mais de sessenta anos de existência. É nesta feira que o comércio de roupas americanas toma proporções consideráveis em relação às demais.

Os bolivianos dominam esta feira há muito tempo. Em 1995, representavam mais de 60% do total das barracas (OLIVEIRA, 1998), entretanto, com um número muito insignificante de vendedores de roupas. Hoje, é possível afirmar que estas percentagens se mantêm, no entanto, em 2014, foram contabilizadas 45 barracas que negociam roupas de segunda-mão, sendo 38 vendendo exclusivamente este tipo de produto.

Estes números permitem dimensionar o tamanho do nó de Puerto Quijarro. Considerando que todos os 45 barraqueiros possuem uma periodicidade de deslocamento para Santa Cruz a cada três meses e compram uma média de três fardos por viagem, chega-se a uma média de 45 fardos mês (2.025 Kg) o que equivale (base média de valor da Tabela 1) a U\$ 10.348,20/mês ou U\$ 124.178,40/ano, redundando em um rendimento

médio mensal de U\$ 288,00 para cada vendedor, ou seja, menos que um salário mínimo brasileiro por mês (base outubro de 2014). Ainda deve ser considerado que nestes rendimentos estão embutidos os valores pagos com deslocamento, transporte e com o risco fronteira. Nas entrevistas, os feirantes costumam dizer que seu faturamento mensal não ultrapassa os dois salários mínimos brasileiros, coincidentemente o mesmo valor apurado por Andrade, em 2007, como rendimento médio dos feirantes em Corumbá. Nesse contexto, os números apresentados podem ou não estar subdimensionados.

Todavia, mesmo ponderando que este subdimensionamento seja dez vezes menor que o número real²⁶, o valor total do negócio executado pelo nó de Puerto Quijarro chegaria próximo de U\$ 1,3 milhão/ano; um valor menor que ¼ do executado por dia pelas transações legais naquela fronteira – um negócio deveras pequeno.

Estes números também desmontam a tese da Associação Comercial, da Associação de Feirantes e do Clube de Diretores Lojistas de Corumbá de que este tipo de comércio é “extremamente nocivo ao comércio da cidade” e que, por sua causa, “várias lojas já fecharam suas portas, provocando desemprego em Corumbá”, e “reduziu muito o rendimento dos outros feirantes vendedores de roupas”²⁷. Seguramente, este comércio localizado, sob as condições atuais, dificilmente consolidaria um estado de recessão ao comércio de roupas em uma cidade com mais de cem mil potenciais consumidores.

Por fim, a opinião aferida sobre os comerciantes bolivianos de roupas americanas nas feiras de Corumbá, apurada nesta pesquisa, é ambígua: para os comerciantes não feirantes a venda destas roupas é uma deslealdade, considerando em primeiro plano o não pagamento dos impostos que barateiam seus produtos; para os comerciantes feirantes, bolivianos, vendedores de roupas industrializadas da Bolívia, as roupas americanas são uma “traição” àqueles que há quase trinta anos estão estabelecidos nas feiras com roupas de qualidade e bom preço; enquanto que, para a grande maioria dos demais feirantes e consumidores, os comerciantes de roupas de segunda-mão “são a alegria da feira”.

5. Considerações finais

Há uma série de conclusões observáveis no negócio de roupas de segunda-mão estabelecido no território boliviano chegando até a fronteira com o Brasil.

A mais abrangente é a de que este comércio está *linkado* a uma rede internacional de comercialização de roupas usadas, inicialmente arrecadadas com fins filantrópicos, mas que se transmutam em produtos de venda realizada pelas parcelas mais pobres da população, reforçando a tese de Ribeiro (2010) sobre a presença de uma globalização popular e corroborando com a presença de uma globalização enquanto fenômeno fragmentador, como exposto por Haesbaert (1998).

Contudo, a presença de redes, na concepção de Castells (1999), denota um sistema organizado com capacidade de processar e aplicar a informação baseada em conhecimento, mudando constantemente sob novas condições históricas, o que não se constata, de forma incisiva, no ambiente pesquisado. E, como alude Milton Santos (2012, p. 82), o “externo, porém, nem sempre se internaliza completamente”, colocando, em outros marcos, a necessidade de “distinguir as frações utilizadas para permitir que a produção e seus fatores circulem”.

E isto impõe estudar o assunto das roupas de segunda-mão sob o prisma de um território permeado por malhas e nós corporificados em uma rede sobreposta à região de fronteira. Isto é, a presença de atividades de circulação e consumo no negócio de roupas de segunda-mão dentro da Bolívia, ainda que esteja sob a égide de uma rede internacional, somente ganha significação pela existência de uma malha rodoviária, uma malha de pontos de vendas (feiras), uma malha de trabalho informal etc., suscitando imbricações (nós) formadoras de circuitos territoriais curtos (subsistemas), e, assim, chegando até a fronteira, um *milieu* “natural” entrecortado por leis e costumes assimétricos.

Se a rede, enquanto um grande circuito espacial de circulação, possui, em princípio, uma coordenação geral exercida por ONGs de caráter filantrópico, na malha e nos nós de distribuição, aqui estudados, não têm se consolidado relações de submissão e/ou estruturas hierárquicas de subordinação – o que não significa que não haja incidência de vários

níveis econômicos sobre eles. Os subsistemas instituídos atuam com total independência, respaldados, apenas, por um conjunto de necessidades individuais e sociais de sobrevivência, que norteiam uma rentabilidade do trabalho que se dá no nível da subsistência.

Tal ocorrência está atrelada à malha de trabalho informal presente na economia boliviana e a um negócio pouco percebido: fato que impõe observar quão frágil é a difusão de inovações e quão sutil é sua interferência no nível funcional das cidades observadas. Mesmo que tenha criado, velozmente, o microssistema que necessita, este negócio não se prontificou, de igual modo: a criar pontos de venda variados (talvez a feira Santos Dumont em Santa Cruz seja uma exceção); a mudar o sentido da vigilância e os padrões de comportamento institucional; a instituir espaços de fluxos exclusivos; nem tampouco importunar (ou confrontar) setores comerciais tradicionais etc. É neste semblante “pacífico” e pouco perceptível que reside sua perspicácia e sua importância para os estudos das fronteiras.

Por fim, o comércio de roupas de segunda-mão, ainda que esteja assentado em um meio mutável e maleável – típico de uma região de fronteira – não permite evidenciar que o sistema de trocas supostamente justas e livres de hierarquias, ali estabelecido, se degradará em curto prazo; por enquanto também não se observa grandes perspectivas de mudanças radicais naquele negócio, naquela fronteira, com a introdução de rígidos sistemas de controle externos. Ainda que seja perigoso supor que a adoção de um tipo de produção de valor tenha obrigatoriamente que negar o outro. Daí a necessidade do tema ser observado e pesquisado.

Notas

- 1 Parte integrante do Projeto “Polos Geográficos de Ligação” com financiamento da Fundect e CNPq.
- 2 Ao contrário do que aparenta, o comércio de roupas usadas abarca todos os países e todas as classes sociais em escala diferenciada. Comumente, a grande imprensa divulga leilões de roupas usadas por grandes personalidades, arrematadas pela *haute société* para serem utilizadas em cerimônias especiais.
- 3 As roupas de segunda-mão estavam ligadas às mercadorias como ajuda solidária dos países ricos aos mais pobres (ATB Notícias, 2014) e a base central de arrecadação é os Estados Unidos.
- 4 Informações constantes nos sites: Goodwilldenver.org, Savers.com, Talize.com.

- ⁵ Definida por García Canclini, apropriadamente citado por Ribeiro (2010, p. 22), como “apropriação desigual dos bens econômicos e culturais [que] são realizados pelo povo, que compartilha as condições gerais de produção, circulação e consumo do sistema em que vive [...] ao mesmo tempo em que provê suas próprias estruturas”.
- ⁶ Denominação de acordo com o Decreto Supremo Boliviano n° 28761, de 21 de junho de 2006; não há uma tradução para o português, grosso modo a expressão pode ser traduzida como “produtos usados”, porém esta é uma tradução que não dá conta totalmente de sua amplitude no espanhol.
- ⁷ Os municípios da região metropolitana são: Cotoca, Warnes, La Guardia, Porongo e El Torno.
- ⁸ No original: “La actividad económica comercial que aglomera mayor cantidad de personas ocupadas es el comercio, que se expande cada vez más en las zonas urbanas de las ciudades. El comercio minorista, que en gran medida se abastece de productos ingresados de contrabando (sobre todo ropa pero también automóviles y electrodomésticos), afecta a las instituciones públicas que tienen que abastecer de servicios básicos, salud, educación y seguridad ciudadana a toda la población cuando solamente una parte está aportando con impuestos”.
- ⁹ Dado coletados pela Fundación Mileniun revelam ainda que “66% dos trabalhadores informais declaram pertencer a este setor por decisão própria e somente os 27% restantes por não encontrar trabalho no setor formal. Neste sentido, existe mais informalidade por decisão do que por exclusão”. <http://www.fundacion-milenio.org> (Acesso em março de 2015) (Tradução nossa do original: “... 66 % de los trabajadores informales declaran pertenecer a este sector por decisión propia y solamente el 27 por no encontrar trabajo en el sector formal. Por lo tanto, existe más informalidad por decisión que por exclusión”).
- ¹⁰ Segundo informações colhidas em campo, antes de chegar aos postos de venda (feiras) as roupas passam por uma seleção na qual uma parte é destinada às boutiques de luxo e outra parte à reexportação legal.
- ¹¹ No original: “... más del 90% de la mercancía clasificada como ropa usada, ingresa por la vía del contrabando y otro alto porcentaje es ropa usada de beneficencia o donaciones, que al comercializarse en nuestro territorio se convierten en actividad ilegal”.
- ¹² Oruro, uma cidade de 300 mil habitantes, capital do Departamento de Oruro, é a confluência de duas *Rutas* que se originam distintamente dos Portos de Arica e Iquique no Chile. Oruro se coloca como o principal ponto de repartição da atividade mercantil de roupas de segunda-mão na Bolívia. Considerando as debilidades do controle aduaneiro daquele país (Cf. Benedetti, 2011; o Instituto Boliviano de Comercio Exterior, 2005; e BOLIVIA, 2006), constata-se que mais de 90% das mercadorias são oriundas de transações ilegais.
- ¹³ Segundo alguns comerciantes, somente com muito tempo de exercício neste comércio é possível diferenciar a qualidade dos produtos contidos nos fardos antes de abri-los.
- ¹⁴ No original: “Acá es preciso advertir que volúmenes importantes de ropa usada tienen como destino transitorio la Zona Franca de Iquique (...) Por lo tanto, existen dos caminos que sigue el flujo de comercio de ropa usada: el primero a través del puerto de Arica con destino final las aduanas interiores de Bolivia donde se procede a su nacionalización y, el segundo reexpediciones de la Zona Franca de Iquique hacia Bolivia, con facturas expedidas por esa misma zona franca que no son aceptadas por las autoridades aduaneras bolivianas...”.
- ¹⁵ Há aqui um problema de escala de difícil mensuração. A densidade desta rede de redistribuição foi aqui estabelecida mediante um conjunto de entrevistas realizadas com vendedores, compradores e periodistas em Santa Cruz de La Sierra. Por se tratar de um comércio não realizado em plenitude pela via formal, os dados numéricos oficiais inexistem e os que possibilitam a quantificação são ocultados, retidos ou escamoteados, obrigando a uma avaliação descontínua e insegura. Como de praxe, reafirmamos que a escala aqui mensurada é de responsabilidade exclusivamente dos autores, mas com possível incongruência de dados, passível, portanto, de reparos e questionamentos.

- ¹⁶ Um amontoado de pequenas barracas de lonas que, nos anos 1980, no distrito de Arroyo Concepción, vendiam vestuário e brinquedos. A partir do início dos anos 2000, tomou outra dimensão em termos de organização, higiene, circulação e presteza no atendimento. Atraiu lojas de reexportação, outras de produtos típicos bolivianos e o centro do comércio passou a se dedicar a roupas de couro (e similares) e casacos de lã produzidos majoritariamente pela indústria boliviana de Santa Cruz de la Sierra.
- ¹⁷ Em 2006 o governo do presidente Evo Morales, através do Decreto Supremo n° 28761 de 21 de junho de 2006, proibiu esse comércio, alegando, entre outros motivos, a concorrência com a indústria têxtil do país, os problemas com salubridade e os trâmites ilegais ocorridos no percurso.
- ¹⁸ Os bolivianos se referem aos atacadistas como *mayoristas* e aos varejistas como *minoristas*.
- ¹⁹ No entanto, indagados sobre a possibilidade de algumas pessoas se deslocaram até Pueto Quijarro para comprar roupas de segunda-mão para revenda, os vendedores foram unânimes em discordar. Na pesquisa também não se constatou o fato.
- ²⁰ Câmbio, controle de zoonoses, migração ilegal, rusgas diplomáticas entre os países, programas específicos de proteção das fronteiras pelas forças armadas, deflagração midiática de um fato ligado à fronteira etc.
- ²¹ No original: "... debemos señalar que la apropiación colectiva del territorio antecede, históricamente, a la apropiación individual, en consecuencia la frontera presenta una extrema flexibilidad, ya que la propiedad se afirma por el uso comunal y este está siempre en movimiento".
- ²² Esta rodovia (*carretera*), de 686 km, teve sua pavimentação efetivamente em 2007 e foi inaugurada definitivamente em 2013, em 2009 já possuía grande tráfego de caminhões entre Santa Cruz e a fronteira.
- ²³ Com base nos números elencado pelo Projeto "Mato Grosso do Sul sem Fronteiras" (SEBRAE, 2010).
- ²⁴ Não se constatou a presença de outro tipo de venda desta mercadoria em locais diferentes das feiras livres, isto não significa, porém, deduzir que as lojas (nos bairros ou no centro), ou outros ambulantes fora das feiras, não possuam roupas usadas para venda. O que se pode afirmar, caso haja este tipo de negócio, é que ele ainda é fraco e sem expressão fora das feiras livres.
- ²⁵ Segundo os próprios vendedores a pechincha também varia em conformidade com o ambiente: nos bairros mais pobres existe sob qualquer condição, enquanto nos menos pobres está diretamente relacionada à quantidade da compra, no geral nestas feiras não se pechincha quando se compra apenas uma ou duas peças, o que culmina com a elevação sensível dos preços no cômputo geral.
- ²⁶ Pelo que é observado sobre as condições de vida dos *minoristas* indagados na pesquisa, este valor seria ilusório e superdimensionado.
- ²⁷ Entrevistas concedidas sem que os números tivessem sido apresentados pelos entrevistados.

Referências

ALEGRIA, T. **Desarrollo urbano en la frontera México-Estados Unidos**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2008.

ANDRADE, A. P. **Complementaridades de Fronteira**: o desenvolvimento das feiras livres na região fronteira de Corumbá. Trabalho de Iniciação Científica em Economia, Campo Grande, UFMS, 2007.

BENEDETTI, A. Lugares de Frontera y Movilidades Comerciales en el Sur Sudamericano: una aproximación multiescalar. In: COSTA, E. A. da; DA COSTA, G. V. L. OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). **Fronteira em Foco**. Campo Grande: UFMS, 2011. p. 33-55.

BOLÍVIA. Decreto Supremo (n° 28761, de 21/06/2006). **Decreto Supremo do Estado Plurinacional da Bolívia**. La Paz: Gerência Nacional Jurídica 2006.

BOLIVIA. **Recorriendo los municipios del corredor bioceánico**: Puerto Quijarro pasado y presente. Santa Cruz: Mega Color, 2011.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DILLA AFONSO, H. Los complejos urbanos transfronterizos en América Latina. **Estudios Fronterizos**, v. 16, n. 31, p 15-38, enero-junio de 2015.

HAESBAERT, R. **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Niterói: EDUFF, 1998.

HANSEN, K. T. Helping or hindering? Controversies about the international secondhand clothing trade. **Anthropology Today**, n. 4, p. 3-9, 2004a.

HANSEN, K. T. The world in dress: Anthropological perspectives on clothing, fashion, and culture. **Annual Review of Anthropology**, v. 33, p. 369-392, 2004b.

INSTITUTO BOLIVIANO DE COMERCIO EXTERIOR – IBCE. **Impacto de la Importación de ropa usada en Bolivia**. La Industria Boliviana de Textiles y confecciones. 2005.

MAX, C. **Convenções de qualidade nas complementariedades em zonas de fronteira**: um estudo multicaso no abastecimento urbano de produtos hortifrutícolas. Dissertação de mestrado em Agronegócios. Campo Grande, UFMS, 2007.

OLIVEIRA, T. C. M. **Uma Fronteira para o Pôr-do-Sol**: Um estudo geo-econômico sobre uma região de fronteira. Campo Grande: EdUFMS, 1998.

OLIVEIRA, T. C. M. Condições de conurbação internacional (O caso Corumbá-Puerto Suarez-Puerto Quijarro). In: **América Platina**. Campo Grande: EdUFMS, 2008. p.149-179.

OLIVEIRA, T. C. M. Frontières em Amérique latine: réflexions méthodologiques. **Espaces et Sociétés**, Paris, v. 138, n. 3, p. 18-33, 2009.

OLIVEIRA, T. C. M. A lógica espacial do território fronteiriço – os casos das aglomerações de Ponta Porã-Pedro Juan Caballejo e Ladário-Corumbá-Puerto Quijarro-Puerto Suarez. In: SEBRAE. **Mato Grosso do Sul sem fronteiras**. Campo Grande: Ed. Pontual. 2010. p. 239-255.

OLIVEIRA, T. C. M.; ODDONE, N. Vulnerabilidades e potencialidades na fronteira mesopotâmia: o território do Brasil com o Paraguai entre os rios Paraná e Paraguai. In: OLIVEIRA, T. C. M.; TRINCHERO, H. H. (Org.). **Fronteras Platinas, Território e Sociedade**. Buenos Aires: EFFL; Dourados: UFGD Editorial, 2012. p. 73-94.

OLIVEIRA, G. F.; DA COSTA, G. V. de L. da. Redes ilegais e Trabalho Ilícito: comércio de drogas na região de fronteira de Corumbá/Brasil – Puerto Quijarro/Bolívia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 38, p. 137-156, 2012.

OXFORD. **Dicionário Oxford Escolar para estudantes brasileiros de inglês**. United States: Oxford University, 2007.

QUINHOES R. C. ¿Conurbación o Ciudad Internacional? Gestión Urbana y Impactos en el territorio Iñapari, Assis Brasil, Bolpebra. **Espacio y Desarrollo**, n. 17, p. 70-88, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1983.

RIBEIRO, G. L. A Globalização Popular e o Sistema Mundial Não-Hegemônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), v. 25, p. 21-38, 2010.

SEBRAE. **Mato Grosso do Sul sem fronteiras**. Campo Grande: Ed. Pontual, 2010.

SANTOS, M. O Retorno do território. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec e ANPUR, 1994. p. 15-20.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2012.

SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS:

AGENCIA, ANF. **Aduana confiscó más de 62 mil toneladas de ropa usada**. Los Tiempos. 2014. Disponível em: <<http://www.lostiempos.com/diario/actualidad/economia/20140609/>>

aduana-confisco-mas-de-62-mil-toneladas-de-ropa_257990_565249.html>.
Acesso em 15 de setembro de 2014.

EL DEBER. Disponível em: <http://www.eldeber.com.bo>. Acesso em outubro de 2013.

FUNDACIÓN MILENIUN Disponível em: <http://www.fundacion-milenio.org>. Acesso em dezembro de 2014.

Recebido em: 11/04/2015

Aceito em: 11/06/2015